

BAHIA Até prefeito e secretário estadual são donos de terras em área dos pataxós; ACM e Roberto Santos deram títulos

Fazendeiros detêm 96,11% de reserva

Fotos Jorge Araújo/Folha Imagem

LUIZ FRANCISCO da Agência Folha, em Pau Brasil

Criada em 1926, uma reserva de pataxós no sul da Bahia está hoje quase toda nas mãos de 290 fazendeiros. Dos 54.100 hectares da reserva indígena de Pau Brasil, apenas 2.000 (3,89%) são ocupados pelos índios.

Os demais 52.100 hectares (96,11%) são administrados por fazendeiros que pagaram pouco ou nada pela terra e receberam seus "títulos definitivos" principalmente dos ex-governadores Roberto Santos (PMDB) e Antonio Carlos Magalhães (PFL).

Dois homens públicos — um prefeito e um secretário estadual — ligados a ACM também têm fazendas dentro da reserva de Pau Brasil, segundo a Funai (Fundação Nacional do Índio).

O prefeito de Pau Brasil, Durval Santana (PFL), 64, tem quatro propriedades na área. "O prefeito possui 3.000 hectares de terra", disse o chefe da Funai em Pau Brasil, Alberto Evangelista.

O secretário da Agricultura da Bahia, Pedro Barbosa de Deus, também tem uma fazenda na reserva indígena, afirma a Funai. "O secretário é dono de uma fazenda de 400 hectares", disse Evangelista.

Localizada em três municípios — Pau Brasil, Itaju do Colônia e Camacã —, a reserva dos pataxós tornou-se mais conhecida depois do assassinato do índio Galdino Jesus dos Santos, queimado vivo por cinco adolescentes de Brasília, em abril de 97.

Um dos líderes dos pataxós, Galdino dos Santos, estava em Brasília justamente para solicitar do governo federal a retirada dos fazendeiros da reserva indígena.

Desde 1982, a Funai tenta derrubar na Justiça os títulos de posse dos fazendeiros concedidos por Santos e ACM.

Dezoito anos depois de chegar à Justiça, a ação da Funai ainda não foi julgada pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

"Para dar os títulos aos fazendeiros, os dois ex-governadores alegaram que as terras eram devolutas (desabitadas)", disse Evangelista. "O argumento utilizado por ACM e Roberto Santos para distribuir os títulos aos fazendeiros não procede, já que os índios nunca abandonaram a reserva", afirmou.

Inconformados com a lentidão da Justiça, desde novembro do ano passado os índios pataxós começaram a invadir fazendas localizadas na reserva. Até agora, dez propriedades foram reocupadas pelos indígenas.

"Fomos obrigados a invadir as propriedades e expulsar os fazendeiros para que o governo federal tomasse conhecimento da situação", disse Gérson de Souza Melo, 38, chefe dos pataxós em Pau Brasil (528 km ao sul de Salvador).

A ação dos índios surtiu efeito. Cerca de 80 fazendeiros encaminharam por escrito à Funai um documento pedindo a realização de vistoria em suas propriedades.

"Estes fazendeiros estão dispostos a fazer um acordo com o governo e receber indenização pelas benfeitorias realizadas nas propriedades", disse Evangelista.

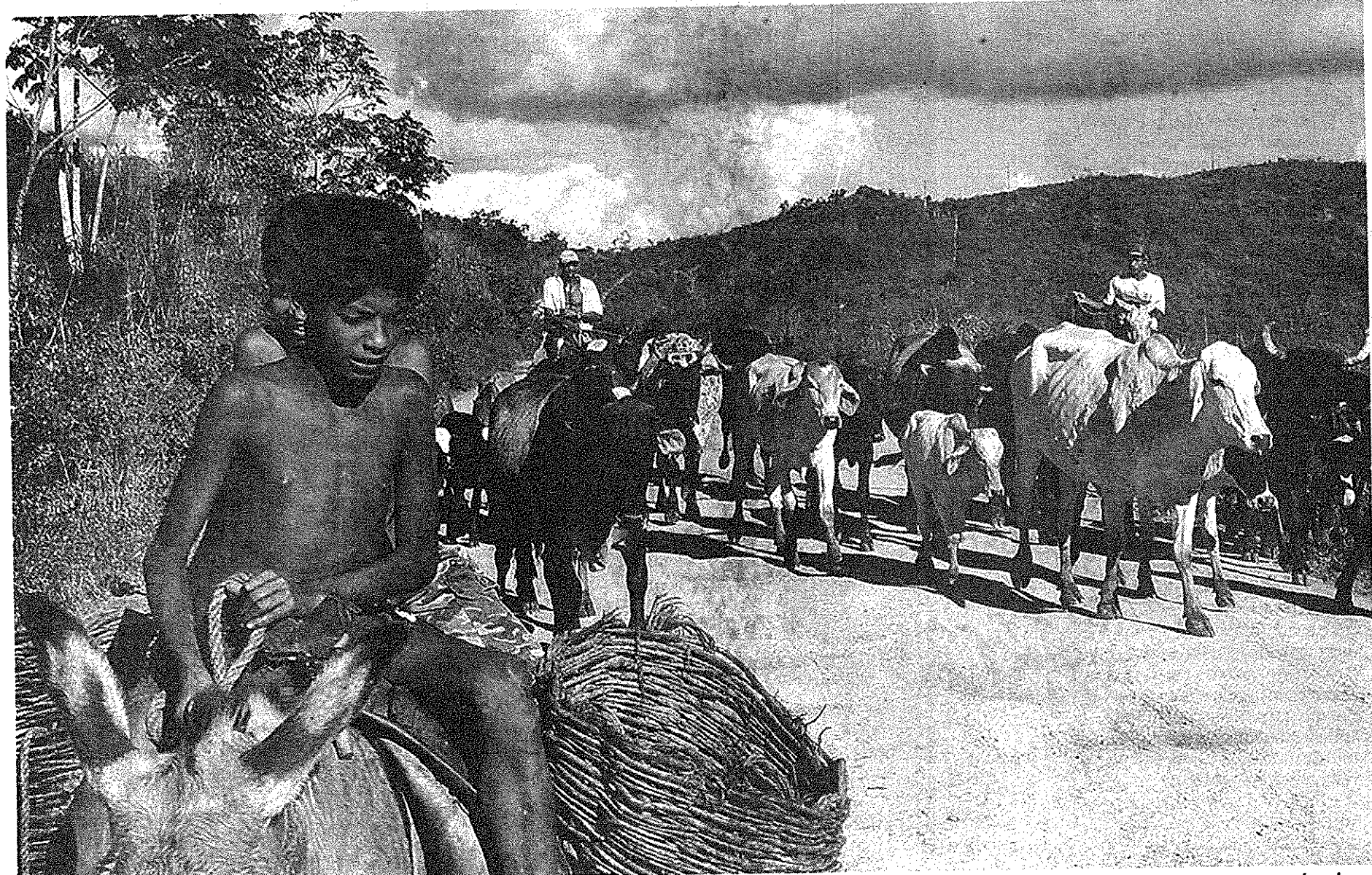
Em fevereiro, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) pagou R\$ 306 mil ao fazendeiro Alberto Cardoso, que tinha uma propriedade na área.

A fazenda de Cardoso foi uma das que tinham sido ocupadas pelos pataxós no final do ano passado. "Eu também quero fazer o acordo com o governo", declarou o fazendeiro Edson Borges dos Santos, 64. Proprietário de 180 hectares na reserva de Pau Brasil, Santos teve sua fazenda invadida há quatro meses.

"Trabalhei durante 35 anos na fazenda, mas reconheço que minha propriedade está dentro da reserva. Para mim, o acordo seria o ideal, mesmo sabendo que vou perder dinheiro."

O fazendeiro Florisvaldo da Silva, 72, também procurou a Funai para tentar um acordo. "Não quero mais saber de fazenda. Tenho 400 hectares na reserva indígena e estou disposto a facilitar as coisas para receber minha indenização", disse o fazendeiro, que recebeu o título de sua propriedade do ex-governador Roberto Santos.

As terras dos 80 fazendeiros que querem fazer acordo com o governo somam 6.000 hectares.



Os meninos pataxós Irineu e José carregam cajá (fruta nativa) na reserva indígena Pau Brasil; ao fundo, gado dos fazendeiros que possuem terras no mesmo local

OUTROLADO

ACM diz que, se fez, foi por erro de alguém

da Redação e da Agência Folha

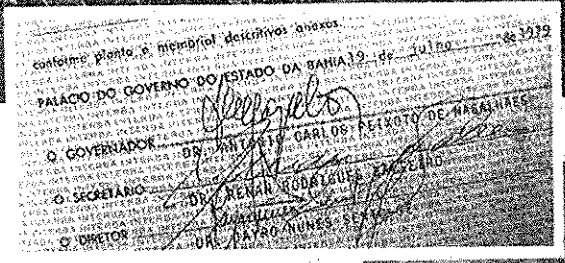
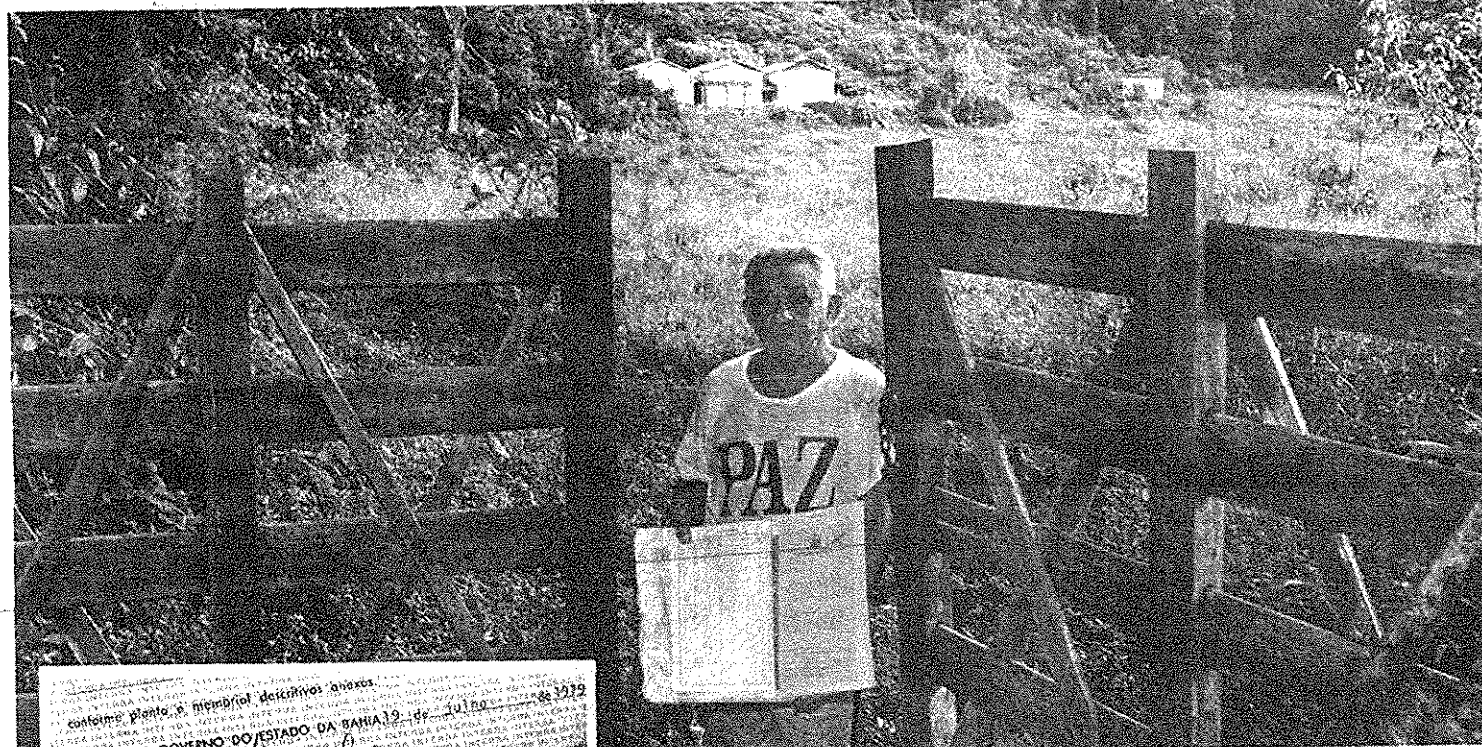
O senador Antonio Carlos Magalhães afirmou que não lembra se distribuiu os títulos de terra da área dos pataxós em seu governo.

"Ignoro. Assinei dezenas de milhares de títulos quando era governador. Não acredito ter assinado. Se assinei, foi por erro de alguém que me passou." Depois, o senador se declarou "responsável por todos os atos" de seu governo.

As declarações foram dadas à Folha pelo senador há duas semanas, quando o cacique Nailton Pataxó, no Congresso, acusou ACM de ter distribuído títulos de propriedade a fazendeiros que ocupam a reserva indígena Caramuru-Paraguaçu (sul da Bahia).

O prefeito de Pau Brasil, Durval Santana (PFL), confirma que é dono de fazendas no local, mas nega a posse de 3.000 hectares. "Tenho mais ou menos 200 hectares", disse Santana. Segundo o prefeito, o governo federal precisa delimitar a área da reserva dos pataxós.

A Agência Folha tentou entrar em contato com o secretário da Agricultura da Bahia, Pedro Barbosa de Deus. Sua assessora Ana Lívia Lopes informou que ele estava em Uberaba (MG) e não podia ser localizado.



Acima, fazendeiro mostra título de sua fazenda com a assinatura de ACM (no destaque); ao lado, pistoleiros protegem fazenda na reserva



"Não vou ficar esperando invasão dos índios", afirma fazendeiro

da Agência Folha, em Pau Brasil

Aos 75 anos, rosto cansado e barba por fazer, Domingos Pereira da Costa conseguiu criar seus nove filhos com os lucros obtidos em sua propriedade — uma área de 32 hectares, localizada na reserva indígena de Pau Brasil (BA).

Costa entrou na área em 1965 e conseguiu o título definitivo da propriedade em 1979. "Foi um dos dias mais felizes da minha vida, quando recebi o título assinado pelo governador Antonio Carlos Magalhães", disse.

Na época em que assinou o título 46.150, concedendo ao fazendeiro a posse definitiva da área, ACM cumpria seu segundo mandato como governador da Bahia. Na semana passada, o fazendeiro encaminhou à Funai um docu-

mento pedindo a realização de vistoria em sua propriedade. "Não quero ficar aqui, esperando a invasão dos índios."

O fazendeiro avalia sua propriedade em R\$ 60 mil. "Não adianta ficar sonhando, já que poucas pessoas querem comprar um terreno dentro de área conflituosa."

O acesso à fazenda é difícil — a trilha, de pedra, foi praticamente encoberta pelo mato. Cinco quilômetros separam a estrada que corta a reserva da fazenda.

Os trabalhadores da fazenda Selva de Pedra também temem uma ação por parte dos pataxós.

Até a semana passada, quatro policiais militares faziam a segurança da propriedade. "Depois que os policiais foram embora, deixei de trabalhar. Não vou me desgastar para perder o meu suor

para os pataxós", disse o capataz Nilton Cardoso da Silva, 45.

Em novembro do ano passado, a fazenda foi invadida pelos índios. Um mês depois, a PM executou uma decisão judicial e retirou os pataxós da área.

O chefe indígena Gérson de Souza Melo disse que os pataxós vão continuar lutando para retirar os fazendeiros da reserva. "Isso aqui é nosso. Somente teremos tranquilidade depois que todos os fazendeiros forem embora."

Depois que a PM retirou os 40 homens que vigiavam a reserva dos pataxós, os fazendeiros contrataram seguranças particulares para tentar impedir uma eventual invasão de suas propriedades.

Com escopetas, rifles e revólveres, os seguranças estão espalhados por pontos estratégicos das

fazendas.

Na última quinta-feira, a Agência Folha visitou uma das fazendas do empresário Jayme do Amor. Localizada em Itaju do Colônia (519 km ao sul de Salvador), a fazenda era guardada por 31 seguranças.

"Estamos aqui para rechaçar e impedir qualquer invasão à fazenda", disse um dos seguranças, que não quis se identificar.

A Agência Folha tentou falar com o empresário Jayme do Amor na sexta-feira. Sua secretária informou que ele tinha viajado e não poderia ser localizado.

O chefe do posto do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em Pau Brasil, Alberto Evangelista, disse que Jayme do Amor tem 13 mil hectares dentro da reserva indígena.

"Ele (o empresário) está comprando o hectare por R\$ 300, em média", disse Evangelista.

Como o governo federal pagou R\$ 600 por hectare no acordo feito com o fazendeiro Alberto Pereira, Jayme do Amor pode ter um lucro de 100% nas terras que comprou recentemente.

"Ele já tinha algumas propriedades na região, mas nos últimos tempos vem comprando tudo o que aparece pela frente. Isso é, no mínimo, muito estranho", disse o chefe indígena Gérson de Souza Melo.

Policiais militares estavam na reserva desde o final do ano passado, quando dois soldados foram mortos. Os policiais acusam os índios de terem armado uma cilada. Os pataxós negam participação no crime. (LF)